Ano VII - Nº 4.387

Quinta-feira, 02 de Outubro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Foto: Reginaldo Ipê



Sindimóveis comemora os 50 anos da Carta Sindical

A sessão especial realizada na noite de terça-feira (30) foi requerida pelo vereador Suíca

O vereador Luiz Carlos Suíca (PT) destacou a iniciativa do grupo de trabalhadores responsável pela autoria da Carta Sindical, em um período em que imperava no Brasil a ditadura militar. "Naquela época, não era permitido qualquer tipo de movimentação sindical ou associação, porque representava uma ameaça ao Estado", enfatizou.

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Vereadora sugere Juizados Especiais da Fazenda Pública

Medida apresentada por Ana Rita Tavares visa evitar a morosidade no julgamento das ações



Foto: Assessoria da vereadora

Ana Rita Tavares com o advogado Otto Pipolo

Minimizar o acúmulo de processos em Varas da Fazenda Pública da Justiça Comum e a morosidade no julgamento das ações. Esse foi o objetivo da vereadora Ana Rita Tavares (Pros) com a indicação que fez ao presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Eserval Rocha, para implantação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nas comarcas de Salvador e do interior do Estado.

Segundo o advogado e empresário, Otto Pipolo, a medida é bem vinda e vai, inclusive, abrir o campo de trabalho para a categoria, além de agilizar o andamento dos processos. Advogada, Ana Rita Tavares lembra a crise que vem enfrentando a justiça baiana, "a ponto de 100 magistrados baianos, reunidos em sua Associação de Classe (Amab), denunciarem a toda sociedade e a imprensa a total falta de estrutura para o exercício da função jurisdicional digna e célere".

Os magistrados, de acordo com a vereadora, relataram a carência de juízes na capital e no interior, a falta de servidores, assessores, materiais, "demonstrando que só ações concretas com realização de concursos públicos para juízes, servidores e assessores e uma maior participação do Poder Judiciário no Orçamento poderá recuperar esse quadro caótico".

Para Ana Rita, com a instalação destes Juizados Especiais da Fazenda Pública, a exemplo dos juizados cíveis e criminais, criados pela Lei 9.099 de 26/09/1995, terão os cidadãos baianos um grande instrumento para obtenção célere da prestação jurisdicional, "e a abertura de um novo mercado para atuação dos profissionais do Direito que precisam atuar com dignidade e celeridade para sustentar suas famílias".

Com o funcionamento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a população baiana poderá ajuizar ações contra as pessoas jurídicas vinculadas aos poderes públicos estadual e municipal, a exemplo de impugnar lançamentos fiscais, como ICMS e IPTU, anular multas de trânsito indevidamente aplicadas, anular atos de postura municipal, atendendo ao Princípio da Razoável Duração do Processo (art. 5º LXXVIII da CF), inclusive desafogando as Varas da Fazenda Pública do Estado da Bahia, que já estão quase parando.

Hilton Coelho critica Sistema Único Trabalhista

Vereador afirma que governo federal é conivente com o patronato



Fotos: Reginaldo Ipê

Vereador Hilton Coelho

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) manifestou seu repúdio ao Projeto de Lei nº 6573/13, em tramitação na Câmara dos Deputados, e que conta com o apoio do governo federal. Para o vereador Hilton Coelho (PSOL), o projeto contribui para a exploração ainda maior dos trabalhadores e fragiliza as relações trabalhistas.

"O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ao que parece, quer se chamar Ministério do Patronato", critica Hilton Coelho.

Para a presidente do PSOL de Salvador, Zilmar Alverita, para quem tinha alguma dúvida de a quem serve o atual governo federal, o apoio ao projeto do Sistema Único Trabalhista (SUT) deixa claro o lado escolhido, o dos patrões.

"Mais de 700 mil acidentes do trabalho e quase três mil mortes são registrados no Brasil por ano, com um custo de R$ 70 bilhões. Com a criação do SUT, da forma como está, tende a agravar esse quadro catastrófico da saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros. Também grave e preocupante é a permissão para terceirização dos serviços a serem prestados no âmbito das políticas públicas de emprego. A convenção 88 da OIT é clara ao dizer que o pessoal desse serviço deve ser formado por agentes públicos.", finaliza Alverita.

50 anos da Carta Sindical do Sindimóveis

Sessão especial foi requerida na Câmara pelo vereador Luiz Carlos Suíca

Fotos: Reginaldo Ipê







O Plenário Cosme de Farias, da Câmara Municipal de Salvador, foi o palco escolhido pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis (Sindimóveis) para comemorar os 50 anos de formalização da sua Carta Sindical. A sessão especial realizada na noite de terça-feira (30) foi requerida pelo vereador Luiz Carlos Suíca (PT).

Presidindo a mesa da sessão, Suíca começou sua fala destacando a iniciativa do grupo de trabalhadores responsável pela autoria da Carta Sindical, em um período em que o País era regido pela ditadura militar. "Naquela época, não era permitido qualquer tipo de movimentação sindical ou associação, porque representava uma ameaça ao Estado", salientou. A Carta tem o objetivo de determinar as diretrizes legislativas para os trabalhadores sindicalizados do setor.

Agradecida pelo espaço aberto pela Câmara, a presidente do Sindimóveis, Eliene de Freitas, disse, que "esta data representa um marco para nós, porque afinal aqui é a 'casa do povo'. Acredito que neste momento todos os orixás conspiram em torno de nós".



Evento festivo no Plenário Cosme de Farias

Durante a sessão solene, o Sindimóveis aproveitou para retribuir os serviços prestados por diversos colaboradores com a entrega de medalhas de honra ao mérito. Entre os homenageados estavam ex-presidentes, corretores, administradores e órgãos de imprensa, como o jornal A Tarde. Também no evento, o sindicato lançou o Caderno do Corretor – um livreto contendo informações para este profissional.

Parabenizando as cinco décadas da Carta do Sindimóveis, o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Magno Lavigne, disse que "a principal alegria nesses 50 anos é que o sindicato apresenta, acima de tudo, maturidade política".

Além dos já citados, a mesa foi composta pelo presidente da Federação Nacional dos Corretores de Imóveis (Fenaci), Joaquim Ribeiro; pelo diretor de Marketing da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-Ba), José Azevedo; pelo presidente do Sindicato da Habitação (Secovi-Ba), Kelson Fernandes; e pelo presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci-Ba), Samuel Prado.







Escola Ocridalina Madureira pede apoio à Ouvidoria da Câmara

Dirigentes da escola pedem implantação do 2º grau e EJA III

Implantação do ensino médio e o curso de Educação de Jovens e Adultos III (EJA) foram as principais solicitações da direção da escola Ocridalina Madureira, em Massaranduba, em reunião promovida pela Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador com a superintendente de avaliação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-Ba), Enir Bastos. O encontro aconteceu na tarde de sexta-feira (26 de setembro), na sede da SEC no Centro Administrativo (CAB).

Na reunião, a ouvidora-geral, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), encaminhou a solicitação da comunidade de Massaranduba. Para ela é importante que os estudantes deem continuidade aos estudos sem precisar sair do próprio bairro. "Estamos trazendo esta demanda para que seja analisada e que a SEC dê o melhor encaminhamento", declarou a ouvidora.

Foto: Flávia Porto



A ouvidora-geral, vereadora Aladilce, sua equipe e representantes da SEC

A pedido da diretora-geral da escola, Rosângela Ferreira da Silva, foi entregue a superintendente um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas dos moradores da Massaranduba e adjacências solicitando a implantação do nível médio e o EJA III, já que a escola só dispõe o ensino fundamental II e EJA, Tempo formativo II eixo IV e V.

Motivos

O principal motivo desta solicitação é que no bairro não há outra escola que ofereça o nível médio, impossibilitando o aluno de dar continuidade aos estudos. Segundo a diretora, os alunos não têm recursos para se deslocar para uma escola mais próxima, além da falta de segurança do local. Ela teme que com esses empecilhos os alunos não concluam nem o ensino fundamental. "A nossa preocupação maior é a seqüência nos estudos que eles não têm. Estamos preocupados mais com a questão pedagógica desses alunos", afirmou Rosângela.

Encaminhamentos

A superintendente da SEC informou que irá considerar todas as propostas apresentadas e que será realizado um estudo da área onde está localizada a escola. Segundo ela, será formalizado um processo a ser encaminhando ao Secretário de Educação. "Nós vamos considerar todos os argumentos apresentados no abaixo-assinado", afirmou Enir. Compareceram à reunião os vice-diretores do vespertino e matutino, Rosenilda Lima Amorim e Fabrício Amorim, respectivamente, e o servidor da Câmara e professor da escola Sidelmar Castro.

Tinoco repercute repasse de verba para Salvador

Presidente da Comissão de Finanças lamenta falta de investimento voluntário por parte do governo estadual

O vereador Claudio Tinoco (DEM), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador, repercutiu na Casa, após a audiência pública de apresentação do balanço fiscal do 2º quadrimestre de 2014 da prefeitura, que o Governo do Estado da Bahia fez apenas as transferências constitucionais.

"Não houve investimento voluntário por parte do governo estadual e os repasses correspondem aos valores que são obrigados pela Constituição", frisou o vereador Tinoco. Ele reforçou que o repasse constitucional é obrigação e também contempla os demais municípios, não apenas Salvador.

Na audiência pública com o secretário municipal da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, o vereador Tinoco destacou que dos R$ 860 milhões de transferências de receitas de capital que viriam dos governos federal e estadual, apenas R$ 14 milhões foram transferidos ao município pela União.

"A frustração da receita do município se concentra na falta de transferências voluntárias dos governos federal e estadual para Salvador, cuja estimativa inicial de cerca de R$ 860 milhões na Lei Orçamentária Anual de 2014, só foi realizado R$ 14 milhões pela União e nada do governo do Estado. É muito pouco e lamentável", afirmou o presidente da Comissão de Finanças.

Foto: Antonio Queirós



Vereador Claudio Tinoco

O vereador Claudio Tinoco comemorou a ampliação da proporção da receita própria do município em 4,3% em relação às transferências, comparado a 2012, e o recorde de investimentos em 2014, que já contabiliza R$ 322 milhões empenhados. "Salvador era uma das cidades mais pobres do Brasil, com baixa receita pública e estamos vendo que com a nova gestão, Salvador mudou esse quadro. A receita própria do município começa a adquirir a capacidade de realizar investimentos na cidade e a Câmara contribuiu, de forma decisiva, através da aprovação de reformas que vão aumentar a arrecadação do município", destacou.

Fazendários pedem revisão de edital de concurso da Sefaz

Vereadora Vânia Galvão apoia a atitude e pede explicações ao secretário da Fazenda

Foto: Assessoria da vereadora



Vereadora Vânia Galvão

A vereadora Vânia Galvão (PT) apoiou a iniciativa da Associação Baiana dos Analistas Fazendários (Asbaf) de pedir a revisão do edital do concurso público, lançado pela Prefeitura de Salvador, para preencher vagas na Secretaria da Fazenda (Sefaz). A entidade, que não é sindical, justificou a medida para corrigir a supressão de matérias que a categoria classifica como de extrema importância para o exercício da função pública.

Entre as matérias não exigidas no Edital Semge nº 01\2014 estão legislação tributária, legislação do Simples Nacional, direito tributário, contabilidade comercial, matemática, matemática financeira e raciocínio lógico.

Arrecadação

Vânia Galvão se mostrou preocupada com o assunto, apoiando a decisão da entidade: "Os fazendários demonstram, com esta atitude, que se preocupam com o nível dos profissionais que vão atuar na Secretaria da Fazenda, órgão de extrema relevância para o Município pois cuida da arrecadação, principal fonte de investimento na cidade". Ela cobra explicações do titular da Sefaz, Mauro Ricardo, sobre as alterações no edital.

Uma das disciplinas, contabilidade comercial, inclusive, era prevista nos concursos anteriores da Secretaria da Fazenda e sua exclusão representa uma qualificação a menos aos servidores do cargo na área de qualificação imobiliária. A Asbaf diz ainda que para o cargo de analista fazendário não houve discriminação das matérias jurídicas, isto é, direito constitucional, comercial e civil; já com relação ao quadro inicial das provas, generalizando com os termos de conhecimento de direito, além de questões de desempate privilegiar cartografia ao invés de direito tributário e legislação tributária municipal.

A ASBAF já enviou ofício ao secretário da Fazenda, Mauro Ricardo, solicitando a revisão do Edital Semge 01/2014 e colocando representantes da entidade para ajudar na elaboração do conteúdo da prova.

Vereador indica melhorias para o Subúrbio Ferroviário

J. Carlos Filho sugere à prefeitura instalação de creche-escola e praça em Plataforma

Dois projetos de indicação, de números 223/14 e 224/14, foram apresentados na Câmara Municipal de Salvador pelo vereador J. Carlos Filho (PT), ambos sugerindo melhorias para o bairro de Plataforma, no Subúrbio Ferroviário. No primeiro ele recomenda a instalação de uma creche-escola em um espaço particular no antigo Show Clube, localizado no São João do Cabrito. No outro o petista indica a construção de uma praça pública na Rua Úrsula Catarina.

Ressaltando a importância do acesso das crianças às creches, J. Carlos Filho argumenta que o espaço do antigo Show Clube é viável para a implantação de uma creche-escola, bastando que o poder público desaproprie o imóvel "fundado em interesse público". Segundo ele, além de estimular o desenvolvimento infantil o equipamento colabora com as mães do bairro, "que podem ter a oportunidade de trabalhar ou estudar durante o período em que o filho estiver assistido pelos educadores".

O vereador lembra na justificativa que a educação infantil em creches e pré-escolas é um dever do Município e um direito da criança. E observa: "É considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade".

Praça na Úrsula Catharino

No segundo projeto J. Carlos Filho considera a importância da construção de uma praça pública na Rua Úrsula Catharino, no bairro de Plataforma, em frente à Escola Ribeiro de Araujo, com o objetivo de proporcionar lazer e outros benefícios à população.

"A comunidade, em especial a classe estudantil, poderá desfrutar de mais um espaço de convívio social e de lazer", argumenta o vereador. Segundo ele, a execução de projetos dessa natureza mudam a paisagem do bairro e fazem com que fiquem mais bonitos, além de ser fundamental para o bem-estar da coletividade.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador J. Carlos Filho

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação torna pública a realização das seguintes licitações: Pregão Eletrônico n.º 31/2014, **cujo objeto é** a aquisição de 1000 kg (mil quilos) de café, conforme Termo de Referência; Abertura da sessão: às 10h00m (horário de Brasília) do dia 16/10/2014; e o Pregão Eletrônico n.º 30/2014, **cujo objeto é** a aquisição de: **ITEM 01 -** Duas (02) caixas amplificadas com 2000 WATTS, 250 RMS com USB, e especificações foxsound NL15PL; **ITEM 02 -** Dois (02) pedestais com suporte para microfone com regulagem, e especificações conforme RMV PSU 135; **ITEM 03 -** Hum (01) NAS NETWORK composto por 6 HDs de 2TB, o que totaliza uma capacidade de armazenamento de 12TB, extensiva para 18TB, e possuir garantia de 03(três) anos, conforme Termo de Referência anexo ao Edital; Abertura da sessão: às 10h00m (horário de Brasília) do dia 17/10/2014. As referidas licitações serão realizadas em sessão pública, no *site* www.comprasnet.gov.br. Os editais, contendo todas as informações, encontram-se disponíveis para reprodução gráfica, no endereço acima, bem como no site www.cms.ba.gov.br. Outras informações pelo telefone (71) 3320-0421.

Salvador, 01 de outubro de 2014.

CARLOS ALBEERTO FAGUNDES
Diretor Administrativo

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA (2013/2016)



Paulo Câmara
PSDB
Presidente



Carlos Muniz
PTN
1° vice-presidente



Isnard Araujo
PR
2° vice-presidente



Fabíola Mansur
PSB
3° vice-presidente



Arnando Lessa
PT
1° secretário



Orlando Palhinha
PP
2° secretário



Almir Barreto
DEM



Geraldo Jr.
PTN
Corregedor-geral



Aladilce de Souza
PC do B
Ouvidora-geral



Everaldo Augusto
PC do B
Ouvidor substituto



Everaldo L. dos Santos
PTN



Alberto Braga
PSC



Alemão
PRP



Alfredo Mangueira
PMDB



Ana Rita Tavares
PV



Carballal
PT



Claudio Tinoco
DEM



Alcindo da Anunciação
PT



Duda Sanches
PSD



Vânia Galvão
PT



Euvaldo Jorge
PP



Gilmar Santiago
PT



Paulo Magalhães Jr.
PSC



Hilton Coelho
PSOL



J. Carlos Filho
PT



Joceval Rodrigues
PPS



José Trindade
PSL



Kiki Bispo
PTN



Leandro Guerrilha
PSL



Leo Prates
DEM



Luiz Carlos
PRB



Marcell Moraes
PV



Moisés Rocha
PT



Odiosvaldo Vigas
PDT



Pedrinho Pepê
PMDB



Silvio Humberto
PSB



Soldado Prisco
PSDB



Suica
PT



Tia Eron
PRB



Tiago Correia
PTN

Toinho Carolino
PTN

Vado
DEM

Waldir Pires
PT